

Expansão Turística, Dinâmica Espacial e Sustentabilidade das Destinações no Litoral do Nordeste do Brasil*

Expansión Turística, Dinámica Espacial y Sustentabilidad de las Destinaciones en el Litoral Del Nordeste de Brasil

Tourism Expansion, Spatial Dynamic and Sustainability of Destinations on the Northeast Coast of Brazil

Nilson Crocia de Barros**
e-mail: ncrocia@ufpe.br

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar em perspectiva tempo-espacial a experiência da difusão territorial do turismo no litoral do Nordeste do Brasil. Este estudo de caso foi realizado na destinação turística (resort) Pipa, localizada 40 quilômetros ao sul da cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Entende-se aqui, com base em observações sobre outras localidades litorâneas, que os processos e os padrões espaciais resultantes, verificados na destinação Pipa, repetem-se em muitos casos. O artigo emprega o modelo do ciclo das destinações turísticas de Butler (1980), explorando as funções que o espaço exerce nesta análise evolutiva/temporal das destinações. A conclusão é que a ampla disponibilidade de capital natural oferece sobrevida à destinação turística retardando sua estagnação ou declínio, ao mesmo tempo em que revela um predatório sistema de uso hiper-extensivo de recursos. Situações deste tipo exigem rápidas intervenções regionais e urbanas para imprimir sustentabilidade às destinações.

Palavras-chaves: Geografia do Turismo; Modelo Cíclico; Nordeste do Brasil.

Resumen

El objetivo del presente artículo es analizar en perspectiva tiempo-espacial la experiencia de la difusión territorial del turismo en el litoral del Nordeste de Brasil. El estudio de caso se realizó en la destinación turística (resort) Pipa, localizada a 40 kilómetros al sur de la ciudad de Natal, Estado de Río Grande del Norte, Brasil. Se extiende aquí, con base en observaciones sobre otras localidades litoráneas, que los procesos y los patrones espaciales resultantes verificados en la destinación Pipa se repiten en muchos casos. El artículo emplea el modelo del ciclo de las destinaciones turísticas de Butler (1980), explorando las funciones que el espacio ejerce en este análisis evolutivo/temporal de las destinaciones. La conclusión final es que la amplia disponibilidad de capital natural ofrece sobrevida a la distinción turística retardando su estagnación o decadencia, al mismo tiempo, que revela un predatorio sistema de uso hiper-extensivo de recursos. Situaciones de este tipo exigen rápidas intervenciones regionales y urbanas para imprimir sustentabilidad a las destinaciones.

Palabras-clave: Geografía del Turismo; Modelo Cíclico; Nordeste de Brasil

Abstract

The aim of this article is to analyze, from a temporal-spatial perspective, the territorial spread of tourism on the Northeast coast of Brazil. A case study was carried out in the tourism resort of Pipa, 40 kilometers to the South of the city of Natal, in the State of Rio Grande do Norte, Brazil. It is understood, based on observations of other coastal localities, that the resulting processes and spatial standards observed in the destination of Pipa are repeated in many other localities. The article uses the life cycle model of tourism destinations proposed by Butler (1980), exploring the functions of the space in this evolutionary/temporal analysis of the destinations. The final conclusion is that the ample availability of natural capital increases the lifespan of the tourism destination, slowing down its stagnation or decline, while at the same time, it reveals a predatory system of over-extensive use of resources. Situations of this type require immediate regional and urban measures, in order to ensure the sustainability of the destinations.

Key words: Tourism Geography; Live Cycle Model; Northeast of Brazil.

*Resultado de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

**Docente / Pesquisador do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

1 Introdução

Especialmente a partir do final dos anos de 1960 e durante a década de 1970, quando o turismo de massas efetivamente se propagou por numerosas partes da superfície do planeta, deixando aí as suas marcas impressivas, passaram a ser registradas iniciativas consistentes de estudo geográfico *sistemático* da natureza espacial das variedades do fenômeno do turismo. Praticamente todos os modelos conhecidos que podem ser entendidos como *propostas de análises espaciais (sistemáticas)* originam-se a partir de então (PEARCE, 2003, p. 29-55), como o de Mariot (1969), o de Thuot (1973), o de Plog (1973), o de Miossec (1976), o de Butler (1980), e os de Lundgren (1982 e 1984), entre outros, e as discussões teóricas e revisões bibliográficas não raro referenciam-se a estes, apesar de “*a multiplicidade de direções de pesquisa*” (LOZATO-GIOTART, 1993, p.263) ser uma marca da Geografia do Turismo contemporânea.

Estes desenvolvimentos na Geografia do Turismo estruturados em torno de conceitos básicos como efeito-distância, centralidades, centro-periferia e acessibilidade, por um lado¹, ou dinâmica regional ecológica, por outro – todos aspirados do acervo teórico consolidado da Geografia nomotética – indicavam que a disciplina havia superado já a fase dos *estudos regionais idiográficos* e que seus objetivos eram as análises de tendências ou as modelizações de regularidades observáveis (CROCIA, 2002). Necessário notar que estes desenvolvimentos na Geografia do Turismo sistemática acontecem simultaneamente ao aparecimento dos imperativos derivados das agendas ambientais, agendas que começaram a se delinear a partir do fim da década de 1960 e começo dos anos de 1970 (DIAS, 2003, p.30-31).

Inspirado na idéia do ciclo do produto, oriunda dos estudos no campo do marketing, o modelo temporal e de metáfora eco-biológica de Butler (1980) acabou por se revelar útil nas análises de sustentabilidade requeridas pelo imperativo ambiental, pois advertia para os riscos de estagnação e declínio que aguardavam as *destinações turísticas* uma vez descurassem os seus gestores/atores das ações preventivas retificadoras – planejamento para o desenvolvimento sustentável – à deterioração ambiental e cultural do produto (destinação turística=*resort*) resultante do seu próprio desenvolvimento. O presente trabalho explora justamente as relações entre este desenvolvimento turístico, que é no modelo em foco tipologizado em fases como *início, desenvolvimento, estagnação*, etc, e a variável espacial, extraído deste estudo lições que podem se mostrar úteis às intervenções urbanas e regionais. A experiência empírica examinada em detalhe que serve de suporte ao presente trabalho é a da difusão espacial do turismo em torno da *Região Turística de Pipa*, foco de desenvolvimento turístico ao sul de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

2 A Área do Estudo

A cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte (RN), tornou-se na última década uma bem sucedida destinação turística e foco de investimentos públicos – através do Projeto Prodetur² – e privados do litoral do Nordeste do Brasil. Tendo esta capital como núcleo propagador regional, a função turística se foi espalhando para o litoral dos Municípios ao norte e ao sul da cidade. A *Região Turística de Pipa (RTP)*, a cerca de 60 km de Natal, área de estudo no presente trabalho, representa a parte mais remota territorialmente dos efeitos consistentes da difusão do turismo em direção ao sul (*Figura 1*). A significância relativa no contexto local desta difusão revela-se pelo comportamento demográfico. O Município de Tibau do Sul, onde se encontra a destinação Pipa que é a cabeça da *RTP*, teve um crescimento populacional médio de 6,87% ao ano entre 1996 e 2000, essencialmente provocado pelo turismo que se expande sobre

o seu *sítio geográfico* de dunas e falésias (Ibge, 1996, 1991, 2000)³.

É certo que os investimentos do Prodetur no Rio Grande do Norte aplicaram-se na melhoria do Aeroporto de Natal – *portão de entrada* - e nas obras da via costeira ao sul desta capital ligando-a ao litoral dos Municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, de fato o grande foco das inversões. Mas, na realidade, os efeitos do Prodetur I e suas expectativas atingiram Tibau do Sul por reverberação e contigüidade – *contágio de vizinhança* – com a grande concentração dos investimentos do *Pólo Costa das Dunas* em Natal e no litoral imediatamente ao sul da capital (área de Parnamirim/Nísia Floresta) (Figura 1)⁴.

3 Objeto, Objetivos e Justificativa

O *objeto* deste trabalho é a relação entre o *desenvolvimento/reciclo* de uma destinação turística e a *funcionalidade exercida pela espacialidade* desta destinação durante este mesmo processo de desenvolvimento. Para investigar este objeto teórico rediscuto a *Teoria Evolutiva das Destinações Turística (Ciclo dos Resorts)* de R. Butler (1980) e defino como campo empírico das observações a secção do espaço geográfico representada pela **Região Turística de Pipa (RTP)**, região que compreende dois Municípios litorâneos – Tibau do Sul e Canguaretama – no Estado do Rio Grande do Norte (RN), ambos situados ao sul da capital (Natal).

(Figura 1: Região Turística de Pipa – anexo 1)

O *objetivo* do presente trabalho é, portanto, identificar a natureza funcional da relação entre o *desenvolvimento de uma destinação* e o seu *espaço*. Este *espaço* é entendido aqui não com um espaço morto ou mero repositório de objetos, mas sim como uma *variável viva e interveniente* na própria natureza e nas possibilidades e características dos *processos sociais* que abriga, inclusive e especialmente, o *desenvolvimento turístico*. Isto representa a incorporação à análise turística da atenção às “*estruturas mais amplas*”. (termo de BRITTON, 1991, empregado por SHAW & WILLIAMS, 1994, p.243). Acredito que o entendimento desta relação a partir da experiência de difusão do turismo no litoral do Nordeste do Brasil no final dos anos de 1990 pode ser de utilidade para auxiliar na elaboração de imagens ou cenários antecipatórios aos problemas no âmbito da sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

O processo de difusão espacial do turismo no litoral de NE tem sido um fenômeno extremamente consumidor de Capital Natural, seu recurso básico, e reestruturador dos assentamentos espaciais; mas, por contraste, a investigação sistemática das regularidades e tendências espaciais deste processo tem sido negligenciada por nós geógrafos, não obstante, o volume crescente dos estudos de caso (CROCIA, 2002). O presente estudo *justifica-se* por procurar cooperar exploratoriamente para abrir uma via para que a Geografia possa participar teoricamente das discussões sobre a difusão do turismo no Brasil. A conclusão que resulta do presente trabalho é que o *produto* turístico – a destinação/*resort* – recicla-se mediante o mecanismo/recurso predatório da *extensividade*⁷.

4 Metodologias e Técnicas

O conceito de paisagem/região, central na epistemologia da Geografia (GOMES, 1995), é aqui utilizado para circunscrever territorialmente o assentamento – ou *lugar turístico* na denominação de Cruz (2003, p.13) – que vai ser submetido à análise temporal ou cíclica proposta no modelo de Butler (1980). Procede-se a uma revisão teórica sumária deste modelo temporal, relacionando-o às discussões sobre turismo e sustentabilidade. A variável temporal básica é a *Acomodação*, quantitativamente expressa em série histórica de *UHs* – Unidades de Habitação

(apartamentos ou chalés) levantada por reconstrução oral e declaração dos responsáveis pelos hotéis/pousadas; as identificações relacionadas à estruturação espacial interna (morfologia) na Região Turística em foco realizaram-se por meio de observação visual, entrevistas, material cartográfico e locação com *GPS*.

Variáveis qualitativas como situação institucional, expectativas de segmentos envolvidos no processo de difusão do turismo, serviços públicos, e outras, foram levantadas por entrevistas e observações de campo. O fenômeno específico da *dinâmica têmporo-espacial da RTP* foi, ao final, tipificado formalmente do ponto de vista geográfico. Esta proposta de formalização geográfica abre a seqüente necessidade e possibilidades de exploração no futuro de tópicos específicos e elucidadores para a própria formulação aqui apresentada, como a relação entre a estrutura fundiária tradicional anterior e a difusão das relações caracteristicamente monetárias (capitalistas), trazidas pelo interesse turístico.

Região, sustentabilidade e modelo cíclico

Região

O *resort* pode ser entendido como região em dinâmica ou transformação. O conceito de *resort turístico* em *Geografia do Turismo* significa uma *área* ou *zona* ou *região* geográfica – e não exclusivamente uma unidade hoteleira - mais ou menos diferenciada e individualizada em relação às áreas circundantes, onde as funções de acomodação, alimentação e recreação têm lugar e grau de importância variáveis. Este domínio territorial *zoneado* ou *regido* pela função em foco, entendido como uma *região turística*, pode ser pesquisado em sua estrutura (forma), em sua função e nas suas mudanças. (ZIMMERER, 1994, p.116). Para proceder à análise temporal da *Região Turística de Pipa* recorreu-se ao modelo dos ciclos de R. Butler (1980) e revisões, incluindo-se adicionalmente atenção a observações sobre a dinâmica morfológica dos *resorts* oferecidas por Smith (1992), Oppermann (1993) e Evans (1979, *apud* Oppermann, 1993).

Sustentabilidade e Tempo

O conceito de sustentabilidade remete-nos a hipóteses em torno do que pode acontecer ao planeta e aos assentamentos humanos à proporção que o *Desenvolvimento* se realiza, clamando ao mesmo tempo pela *Ação Humana* retificadora, e é desde a publicação do livro *Os Limites do Crescimento* (Meadows, 1972) e a realização da Conferência de Estocolmo das Nações Unidas (1972) que se registra um movimento social crescente, complexo e contraditório, postulando o *imperativo* da sustentabilidade.

As dificuldades de definição e convergência em torno do tema da sustentabilidade derivam certamente de que este *imperativo*, na realidade, depende das seguintes dimensões - a economia, a sociedade e o meio ambiente no sentido mais estrito (FARREL, 1999), criando-se um poliedro de interesses. As discussões que convergem para os fóruns mundiais espelham pontos de vista de tantos agentes que sem prejuízo da importância que encerram não são raros os resultados polêmicos e sempre aquém dos esperados. Extrair lições de alcance teórico das experiências concretas dos lugares talvez conduza a lições frutíferas para redesenhar perspectivas regionais e nacionais, sendo isto uma motivação para o presente trabalho.

No final do século 20, o turismo se tornou claramente um fenômeno de massas e se percebeu que ele também poderia ser denominado uma atividade extrativa [...] no sentido de que opera se apropriando dos recursos ambientais para transformá-los e vendê-los". (GARROD; FYALL, 1998, p.199). Então, as discussões sobre o *turismo sustentável* penetraram o mundo das atividades de viagens, lazer e entretenimento e as discussões e as definições se multiplicaram. Pearce, por

exemplo, enfatiza que a sustentabilidade envolve a transferência inter-gerações – temporal – de um estoque de recursos que não seja menor que o disponível pela presente geração. (PEARCE, 1992, *apud* GARROD & FYALL, 1998, p.203). Vê-se, portanto, que a idéia da preservação, ampliação ou corrosão do patrimônio natural e cultural, à medida que a atividade turística se desenvolve, é sem dúvida crucial na noção da sustentabilidade turística e de decisiva importância em modelos evolutivos das destinações, como o de Butler (1980).

Garrod e Fyall (1998) revisam abordagens em planejamento sustentável baseados no balanço – perdas e ganhos nos estoques - do capital, entendidos estes estoques como compostos por Capital Natural e Capital Sócio-Cultural (cultura) no sentido amplo. O que acontece com estas formas de capital, como elas se depreciam ou se substituem à proporção que um *resort* se desenvolve? Estas questões revelam que as pesquisas sobre sustentabilidade podem própria e adequadamente se servir das análises de ciclos, como o diz Farrell (1999) e como é intento neste Artigo ao empregar o modelo temporal de Butler (1980).

Análise temporal ou cíclica das destinações turísticas

A análise de longo prazo do resort.

No modelo de tendência (longo prazo) dos *resorts* de R. Butler (1980), o *resort* é equalizado a uma *região turística* e o seu desenvolvimento é tipologizado mediante a identificação de uma seqüência de seis estágios ou fases de evolução: 1) *exploração*, 2) *envolvimento*, 3) *desenvolvimento*, 4) *consolidação*, 5) *estagnação* e, finalmente, a última fase na qual *poderia acontecer ou o 6) declínio ou o rejuvenescimento da destinação*.

Muitos haviam percebido que os *resorts* passavam por mudanças ao longo do tempo. Likorish & Kershaw (1958, *apud* CHOY, 1992, p.26) descreveram a tendência à substituição dos visitantes ricos pelos visitantes da classe média à proporção que o *resort* se torna mais antigo, por fim predominando o domínio da destinação pelos visitantes de menor renda. Observações similares estão nos trabalhos de Christaller (1963, *apud* Butler, 1980, p.5), Plog (1973) e Stansfield (1970), entre outros. A idéia básica é que existe uma sucessão diferencial de visitantes e R. Butler sistematiza esta idéia, inspirando-se no conceito de *ocupação seqüencial* de D. Whittlesey (1929), tal como o observa Johnston (2001).

O modelo de Butler, portanto, suporta-se nas idéias ecológicas de dinâmica das populações (WILKINSON, 1996) e de ecologia regional ou da paisagem. Para Butler existiria um processo acumulativo na evolução de uma zona turística, de maneira que o acontecido em uma destinação vai organicamente afetar o que irá acontecer no futuro; assim, dificilmente outro modelo poderia ser mais apropriado às discussões sobre o *imperativo* da sustentabilidade.

Fases e análise de sustentabilidade da Região Turística

O modelo de Butler tem sido objeto de muitas críticas, inclusive quanto à seqüência das fases. O próprio Butler afirma que no caso de o turismo ter se difundido por áreas onde não havia assentamento humano anterior ou em que este assentamento era de pequena importância, não faria sentido considerar os dois primeiros estágios (*exploração* e *envolvimento*) (BUTLER, 1980, baseando-se em NORONHA, 1976). Douglas, por seu turno, aponta a situação das Ilhas Salomão que aparentam estar no início de seu desenvolvimento, mas que devem na realidade já estar entrando em um “*estágio modificado de declínio*” (DOUGLAS, 1997, p.17), situação similar à de Papua New Guinea que deixou os “*primeiros momentos de evolução*” para declinar desde 1973 (DOUGLAS, *idem*, p.17).

Agarwal (1997), lamenta a ausência de indicadores claros para os *pontos de passagem* de uma

fase a outra; melhor seria, argumenta, considerar momentos de superposição entre fases. Estas críticas lançam dúvidas sobre o poder antecipatório do modelo para enfrentar questões de sustentabilidade do *resort*, uma vez que elas põem em questão precisamente a estrutura de *seqüências de cenários* que suporta o modelo. Outros acusam o modelo de Butler de oferecer uma interpretação *naturalista (positivista)* e fatalista para o desenvolvimento das destinações turísticas, deixando, na opinião destes críticos, pouco espaço à ação humana.

Modelo, sustentabilidade e ação humana

O modelo, argumenta-se deconstrutivamente, seria reforçador das visões deterministas dos processos sociais e ambientais, produzindo uma desvalorização dos indivíduos como agentes sociais capazes de reações em busca da sustentabilidade da destinação (*resort*). O modelo, segundo Franklin & Crang, modelaria o turismo tomando-o como “*um fenômeno cultural constante*”, gerando-se, segundo Picard (1996, p.104, *apud* FRANKLI e CRANG, 2001, p.7), um “*esquema conceitual coercivo*”. (FRANKLIN; CRANG, 2001, p.7). Existem, evidentemente, outros modelos de natureza evolutiva similares ao de Butler⁵, mas foi o seu modelo que acabou se tornando, segundo Franklin & Crang (*idem*, p.7), o “*vilão*”. No geral, tais críticas partem dos chamados estudos *culturais críticos* e *deconstrucionistas* que se propagaram especialmente nos anos de 1990, estudos às vezes caracterizados por um absoluto *relativismo social e cultural* e uma monótona militância contra a identificação de regularidades na pesquisa social e geográfica, não obstante afirmações de regularidades poderem ser justamente suportadas por evidências empíricas.

Fatores externos/internos, reciclo e sustentabilidade da destinação

Um dos aspectos do modelo de Butler a atrair maior criticismo refere-se ao papel exercido pelos fatores externos e internos no desenvolvimento da região turística. Sendo maior a ênfase conferida pelo modelo aos fatores orgânicos internos (*lugar turístico*), o complexo ambiente de fatores culturais/sociais/políticos e econômicos externos (*relações*) seria sub valorizado. Agarwal afirma, por exemplo, que mudanças em um destes fatores poderiam ser suficientes para afetar a forma geral da curva do ciclo do *resort*, removendo sua capacidade preditiva ou antecipatória, especialmente, porque as alterações nestes fatores são usualmente imprevisíveis (AGARVAL, 1997, p. 66 -67)⁶.

A introdução de novas atrações – tais como casas de shows, marinas, museus, etc – pode lançar a destinação em novo(s) ciclo(s) a ponto de alterar toda a lógica de seqüências do ciclo anterior, cortando-se os vínculos lógico-sequenciais com a história prévia do *resort*. O modelo de Butler falharia em identificar as *mudanças de produto* em uma destinação. Estaríamos diante de um novo ciclo ou diante do mesmo antigo ciclo renovado. Na realidade, ambos os fatores – externos e internos – articulam-se formando um feixe complexo e ilimitado de ações que acabam se encontrando para produzir resultados. Estes fatores externos ou internos podem injetar novas energias à destinação (*resort*) ou arrastá-las ao declínio. (CHOY, 1992).

Oppermann (1993) reporta um fenômeno analisado por Evans (1979, aquele em que uma destinação original congestionada e enfrentando sérios problemas para se desenvolver pode se revitalizar como foco de *visitas de um dia* (mudança funcional e de produto), em função de longos desenvolvimentos hoteleiros ao longo da costa. O impulso para tais desenvolvimentos hoteleiros pode advir do exterior e derivar de articulações corporativas capitalistas e organismos multilaterais globais; mas esta *migração hoteleira* depende também da disponibilidade de espaços, de adequado mercado fundiário, de políticas públicas dirigidas (fatores locais) ou de créditos, externos e/ou internos. Estes são os *contextos sociais amplos*, cujas influências na difusão do turismo precisam ser melhor exploradas (BRITTON, 1991, *apud* PEARCE, 2003, p.56).

Modelo e previsibilidade

Cooper argumenta que o modelo de Butler é útil como “*conceito descritivo unificador*”, uma vez que permite ao pesquisador integrar diferentes fatores que influenciam a dinâmica de uma destinação turística, mas que apenas no caso de algumas destinações o desenvolvimento do *resort* coincidiria com o modelo (COOPER, 1994, p.344, *apud* WILKINSON, 1996, p.23). Não se deveria esperar muito da sua capacidade preditiva, conclui Cooper. Similarmente, Agarwal considera o modelo de Butler como uma estrutura conceptual descritiva útil para identificar agentes e processos atuando em uma destinação particular. Mas, quanto à capacidade de generalização do modelo, isto é, de prover cenários antecipatórios às destinações, Agarwal é ainda mais restritivo que Cooper ao afirmar que cada destinação tem seu *modelo específico*. (AGARVAL, 1997, p.67).

Choy, por seu turno, apesar de considerar o modelo de Butler “*intuitivamente atrativo*” argumenta que ele não coincidiria com a experiência das destinações nas Ilhas do Pacífico (CHOY, 1992, p.29). Russel Smith, contudo, em seu trabalho sobre a destinação litorânea de Pattaya, na Tailândia, entende, contrariamente, que os efeitos de deterioração da destinação, à proporção que a urbanização turística se expande, não negam as proposições gerais contidas no modelo de Butler (1992, p.318). O problema parece residir no fato de que a evolução dos *resorts*, assim como os caminhos que a morfologia urbana dos *resorts* acaba por seguir, ainda são assuntos a exigir mais investigações. (SMITH, 1992, 317-318). Esta constatação constitui um estímulo ao presente trabalho.

5 Resultados

Análise temporal da região turística de Pipa (RTP)

Acomodações e Intensidade do Turismo

É em torno da vila de Pipa - com 63 dos 91 hotéis/pousadas existentes na sua *Região Turística (RTP)* em 2002 (Tabela 1) - que a difusão do turismo gravita nos Municípios de Tibau do Sul e Canguaretama. Esta difusão realizou-se mediante uma forma alongada e litorânea apoiando-se na sede de Tibau, na vila de Pipa e na vila de Barra do Cunhaú (Canguaretama), mas também se espalhou para oeste, constituindo uma *periferia ou borda* de difusão de hotéis/pousadas, afastando-se da beira-mar e justificando planos futuros de construção de uma estrada alternativa pelo interior que lhes proporcione fácil acesso. A estrada que liga todas as secções litorâneas mencionadas, especialmente no trecho Tibau-Pipa, está se transformando num *corredor* de hotéis e pousadas (Figura 1) e a dominação pela atividade turística do Município de Tibau do Sul atingiu já uma intensidade muito alta, a julgar pelo cálculo do *Índice da Intensidade da Função Turística de Defert* para o ano de 2000 (ano censitário) que atinge o valor de 31,7⁷.

A Dinâmica do Assentamento Turístico

Ao longo dos anos de 1970 e 1980, Pipa, como as demais localidades que hoje compõem a sua *Região*, não apresentava importância quanto ao turismo. Assim, toda a área em foco manteve até o começo dos anos de 1990 paisagens rurais tradicionais com estoques conservados de Capital Natural e Cultural. Como se deu a difusão do turismo em Pipa? Ao final dos anos de 1970 uns poucos turistas aventureiros – *drifters* – oriundos dos países nórdicos e de perfil *alternativo* descobriram a vila de Pipa. Estes turistas eram atraídos pela autêntica cultura tradicional de Pipa,

povoado pesqueiro, e pela conservada natureza das suas dunas e falésias (fases de *exploração* e *envolvimento*), e a difusão seguia lentamente. Em 1994, a velha estrada colonial e carroçável cortando as plantações de cana de açúcar ligando a cidade de Goianinha - nas margens da BR 101 e a 60 km de Natal – a Tibau do Sul (sede) foi asfaltada pela primeira vez e foi aberta a estrada, ligando esta sede à vila de Pipa pela beira do mar, uma via costeira por cima das falésias e cortando as dunas. A aceleração na difusão turística, já percebida desde 1992, ganhou energia (Figura 2), evidentemente em sintonia e impulsionada pelas mesmas forças e expectativas da difusão geral da função na região de relações de Natal e no litoral do Nordeste (fase de *desenvolvimento*).

Em decorrência disto, no litoral dos Municípios de T. do Sul e Canguaretama - formando a RTP - pode-se presentemente identificar a seguinte estrutura espacial:

- A sede administrativa de Tibau, com apenas 8 hotéis/pousadas, que mantém sua planta física tradicional pouco desfigurada e padrão funcional rural e pesqueiro, apesar de em franca turistização;
- O Corredor de Hotéis Tibau-Pipa, à frente do mar, com 6 hotéis cuja média de Unidades de Habitação é o dobro do tamanho médio prevalecte em toda a RTP;
- A Periferia/Bordas da própria Vila de Pipa, uma expansão especialmente na direção do afastamento do litoral, isto é, para oeste, com 37 hotéis/pousadas;
- A Zona Central da vila de Pipa que naturalmente inclui o DRC (Distrito de Recreação e Comércio) com 26 hotéis/pousadas;
- E o assentamento de expansão hoteleira de Barra do Cunhaú, ao sul de Pipa, já no Município de Canguaretama, com 14 hotéis/pousadas

(Tabela 1 / Figura 1 – em anexo).

Tabela 1 - Acomodações na Região Turística de Pipa (RTP) - 2002

<i>Região Turística de Pipa (RTP) e Unidades da sua Estrutura Espacial Integrada</i>	<i>Número de Hotéis</i>	<i>Nº de Unidades de Habitação (UHs)</i>	<i>Número de UHs/Número de Hotéis</i>
Tibau do Sul sede (a)	8	96	12,0
Corredor Tibau-Pipa (b)	6	132	22,0
Periferias/Bordas da V. da Pipa (c)	37	382	10,3
Barra do Cunhaú (d)	14	136	9,7
τ) Subtotal Assent. Ext. e Periferia/Bordas da Vila de Pipa (a+...+d)	65	746	11,5
υ) Zona Central da Vila de Pipa	26	346	13,3
<u>Total da RTP (τ + υ)</u>	<u>91</u>	<u>1092</u>	<u>12,0</u>

Fonte: Pesquisa direta

Sendo Pipa o foco da difusão, a escassez de terrenos na sua Zona Central, onde está inclusive o DRC, impulsionou para cima o preço da terra, as edificações se densificaram e os congestionamentos na circulação se tornaram rotineiros⁸. Daí a sede Tibau, o mencionado Corredor Tibau – Pipa, os terrenos na periferia/bordas (P/B) a oeste da vila de Pipa, a até cerca de 3 km do DRC, e Barra do Cunhaú⁹, todas estas secções areais se tornaram de especial interesse para os investidores de maior porte, precisamente médios empresários com objetivos de instalar hotéis do tipo *resort* para as classes médias. A informalidade nos serviços turísticos foi cedendo espaço à institucionalização médio-empresarial à medida que o desenvolvimento e a consolidação decorriam na RTP¹⁰.

Morfologia e Reciclo da Destinação.

Tal disponibilidade de terras à beira-mar ou a relativamente pouca distância da praia (*periferia/bordas a oeste*) na *Região Turística de Pipa*, condição propiciada por uma secção territorial do país com amplos estoques de Capital Natural, teria permitido mediante a **extensividade** que o desenvolvimento do *resort* Pipa (a vila) tivesse desviado o seu potencial curto-caminho rumo à estagnação e à deterioração por declínio na sua qualidade ambiental e cultural (esgotamento do produto). A **variável geográfica** ofereceu generosamente sobrevida a esta destinação. A identificação da natureza territorial e geográfica desta sobrevida, de natureza predatória e super-extrativa, constitui o problema central de natureza geográfica identificado neste Artigo acerca do desenvolvimento da RTP¹¹.

A Figura 2 (em anexo) permite visualizar, de maneira agregada – *Região Turística de Pipa (RTP)* –, ou separadamente – na (*a*) *Zona Central da Vila de Pipa*, por um lado, e por outro nos (*b*) *Assentamentos Externos (Corredor, Sede de Tibau do Sul e Barra do Cunhaú) e Periferia /Bordas da Vila de Pipa* –, o marcante crescimento da oferta de acomodações nos últimos 13 anos (1990/2002). No conjunto da RTP, tal oferta passa de ½ centena de Unidades de Habitação (UHs) em 1990, para 1092 no ano de 2002, o que significou uma ampliação de capacidade de alojar cerca de 200 pessoas, para cerca de 4,4 mil pessoas. O gráfico expõe ainda o caráter organicamente enredado deste crescimento para ambas as *secções de área* da RTP (*a* e *b*), acima mencionadas, e evidencia que a oferta de acomodações cresceu, ocupando, sobretudo, os terrenos existentes nos *Assentamentos Externos e na Periferia/Bordas da Vila de Pipa (b)*.

As Figuras 2 e 3 (em anexo) esclarecem a distribuição deste crescimento entre aquelas duas *secções ou zonas internas* da RTP. A situação de partida (1990) caracteriza-se por uma maior importância da capacidade de alojamento (UHs) da *Zona Central da Vila de Pipa (a)* (Figura 3); contudo, à proporção que os anos 1990 decorrem, a zona dos *Assentamentos Externos e Periferia/Bordas da Vila (b)* começa a exibir crescentemente maior capacidade de alojamento que a *Zona Central da Vila de Pipa*. A partir de 1995 se identifica uma clara tendência distributiva das acomodações neste sentido. Desde os meados da década passada a importância relativa do número de UHs na *Zona Central da Vila de Pipa* jamais voltaria aos níveis elevados anteriores, ainda que novas pousadas/hotéis continuem sendo nela criadas (Figuras 2 e 3).

Observou-se, portanto, uma clara tendência de extensividade no assentamento turístico. Para os hóspedes do Corredor, da sede Tibau, de B. do Cunhaú e da Periferia/Bordas indicadas, a Zona Central da Vila de Pipa (Figura 4) tornou-se uma área de visitação para gastronomia, compras, entretenimento e diversão noturna. A extensividade territorial reforçou a função polarizadora da vila de Pipa dentro do espaço turístico local mediante uma sua maior especialização como DRC. Esta polarização de visitas de 1 dia, exercida pelo DRC da vila de Pipa com base na gastronomia, compras e entretenimento consegue mesmo atingir os turistas hospedados na cidade de Natal ou na pequena destinação turística mais ao sul denominada Baía Formosa.

Estes processos são acompanhados na Vila de Pipa por problemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, destinação do lixo e congestionamento de trânsito, típicos problemas da fase de desenvolvimento. A coleta pública do lixo foi introduzida em 2001, não existe saneamento público e apenas naquele ano hotéis/pousadas e restaurantes iniciaram mais regularmente o pagamento de taxas e impostos à municipalidade. Do Plano Diretor e da Legislação Urbanística do Município de Tibau (1999), assim como do seu Plano Turístico, aguardam-se com expectativa os seus efeitos¹². A *Região Turística de Pipa* parece apresentar, na perspectiva do modelo dos ciclos dos *resorts* de R. Butler, uma situação de complexa *superposição* das fases de desenvolvimento e consolidação. Assim, conclui-se pela identificação dos sintomas ambientais e sociais e da reação institucionais já apontados.

Quadro Sinóptico Descritivo da *Região Turística de Pipa (RTP)*, RN.

Ítem Analítico	Descrição
Sítio Geográfico	<i>Dunas encimando falésias em geral sob ligeira abrasão; escarpas de falésias predominantemente perpendiculares ao datum ou acentuadas, terminando em praias curtas cobertas na maré alta. O assentamento central (Pipa) desenvolve-se sobre três unidades topográficas: delgada pós- praia (sítio original), escarpa de falésia, e dunas/topos de falésias principalmente, onde o relevo é forte ondulado sobre material arenoso.</i>
Situação Regional	<i>Região funcional urbana de Natal, da qual dista cerca de 80 km por asfalto; a 24 km da rodovia BR 101 que conecta as capitais brasileiras no litoral oriental do Brasil. Natal funciona como 'portão de entrada' do turismo por via aérea nacional; integrada ao espaço cibernético (www.pipa.com.br).</i>
Agentes, Escalas	<i>Proprietários de pousadas e hotéis, empreendimentos de natureza familiar (informal) ou médio empresarial, predominantemente de brasileiros oriundos eqüitativamente de áreas metropolitanas do Nordeste e do Centro Sul; poucos proprietários estrangeiros, oriundos do Mediterrâneo. Predomínio de hóspedes brasileiros de metrópoles do Nordeste e Centro Sul; presença sensível e crescente de europeus. Nenhuma ação inicial indutora governamental direta e inconsistente papel gestor público.</i>
Relações do Assentamento Turístico com o Ambiente Biofísico	<i>Drenagem dos efluentes dos assentamentos contamina água subterrânea e marinha; remoção da vegetação pioneira que fixa dunas; perdas em biodiversidade; oclusão de panoramas; ocupação por hotéis dos antigos campos de produção local de alimentos (mandioca, milho, feijão) e de carvão (mata semi-caducifólia); rápida corrosão de estoques no Capital Natural.</i>
Interações Sócio-Culturais-Econômicas	<i>Alteração no mercado de trabalho: do trabalho agrícola e de pesca tradicional em direção às ocupações nos serviços e aquíicultura de manguezal (camarões); sentimentos de exclusão geográfica por parte dos residentes diante da urbanização turística e choque de valores, de orientação e de comportamento cultural; formação de 'sub culturas'; dependência econômica do habitante local ao turismo combinada com rejeições culturais mútuas. Expansão da aquíicultura de alta tecnologia para exportação de camarões.</i>
Situação da RTP em Análise de Ciclo ou Tendência	<i>A Vila de Pipa revela sintomas das fases de desenvolvimento e consolidação; à escala da Região Turística de Pipa, reciclo por expansão geográfica e redistribuição territorial das funções de acomodação, por um lado, e entretenimento/gastronomia/compras por outro; Capital Cultural da urbanização turística soterra Capital Cultural tradicional e ganha mais e mais importância como atratividade em comparação com o Capital Natural, que se corrói; necessidade imperativa de mecanismos institucionais de planejamento, gestão e monitoramento especialmente do estoque de Capital Natural - para perseguir sustentabilidade p/a Região.</i>

Simultaneamente, parece estar acontecendo na RTP em seu conjunto - mediante a expansão hoteleira no Corredor, na sede de Tibau, em direção à Barra do Cunhaú e nas bordas da vila mesma de Pipa - um **re-ciclo ou rejuvenescimento continuado do 'produto' (destinação) por expansão geográfica e redistribuição territorial das funções** de acomodação, por um lado, e entretenimento/gastronomia/compras, por outro. As novas secções territoriais de expansão ostentam uma viva fase de exploração rápida, instantânea e empresarial-imobiliária hoteleira, o que injeta rejuvenescimentos nas funções do DRC, ao passo que a especialização do DRC em direção à melhoria dos serviços de gastronomia e entretenimento reforça as novas secções territoriais hoteleiras (acomodação).

Considerações Finais

Finalmente, a conclusão que oferecemos é que ao empregarmos o modelo de tendência evolutiva das destinações turísticas de R. Butler, empregamos procurando explorar empiricamente as relações de mútua influência entre a tipologia evolutiva por um lado e a dinâmica da morfologia espacial da destinação (*resort*) – morfologia da destinação (*Região Turística de Pipa, RTP*) e as direções espaciais que aí têm tomado as distribuições das funções turísticas – por outro, permitiu identificar uma forma de **reciclo ou rejuvenescimento continuado da Região Turística de Pipa**

em seu conjunto. Longe de ser único e peculiar à *RTP*, isto é, algo singular (idiográfico) a este *lugar*, o *reciclo do produto* tal como foi definido nas páginas anteriores acontece como *regularidade comparativamente observável* em muitas outras localidades litorâneas do país com condições de grande disponibilidade de estoque de Capital Natural.

Este processo de expansão no consumo de território para *reciclo* não raro envolve mais de um Município e, salvo exceções localizadas onde existem áreas institucionalmente bloqueadas para uso da terra convencional – como Áreas de Proteção Ambiental, Áreas Indígenas, etc – ou grandes propriedades da terra com proprietários desinteressados momentaneamente pelo mercado fundiário, tem se realizado praticamente livre de constrangimentos institucionais-ambientais de ordem conservacionista e sustentável, de maneira que a dinâmica do balanço entre os Capitais Natural e o Cultural tem seguido um curso espontâneo. Difícil é evitar a conclusão que problemas já observados neste campo se agravarão em futuro próximo.

As observações de Evans (1979), relatadas por Oppermann (1993), e avaliadas à luz das evidências oferecidas pela experiência em foco, parecem fortalecer as possibilidades antecipatórias gerais do modelo evolutivo empregado, particularmente no campo da análise regional-urbana. O uso do modelo, sugere-se aqui, precisa incluir a compreensão de que as *fases* se superpõem, e que o que mais importa talvez não seja a *fase*, mas sim as propriedades da *dinâmica* em curso; e, no caso da abordagem pela ótica da Geografia do Turismo, importam destacadamente as propriedades ou atributos *espaciais* desta dinâmica. Acredita-se aqui que medidas práticas de intervenção urbana podem se beneficiar das conclusões obtidas neste trabalho.

Manejo flexivelmente conforme originalmente concebido e auxiliado por contextualizações e atenções aos fatores externos e internos – inclusive às ramificações sociais como a estrutura fundiária de recepção – que é o que recomendam discussões revisionais do modelo, a proposta de R. Butler oferece uma visão e discussão ordenada da dinâmica das destinações e dos riscos para a sustentabilidade turística que estão incluídos nesta própria dinâmica. As discussões em torno das experiências de desenvolvimento espacial do turismo e as antecipações ou cenários sugeridos – e não definidos – pelo modelo por certo erodem a acusação de que o modelo em foco propõe inevitabilidades no desenvolvimento as destinações turísticas. O problema da inevitabilidade não está propriamente no modelo, mas sim na natureza das expectativas em relação ao que podem modelos de comportamento espacial oferecer. W. Christaller (1933) ensinava, acerca das *regularidades* no ordenamento espacial, que elas seriam melhor entendidas como *tendências*, não como inevitabilidades ou leis.

Referências

AGARWAL, S. The resort cycle and seaside touris: an assessment of its applicability and validity, **Tourism Management**, v.18, n.2, p.65-73, 1997.

ALBUQUERQUE, K. & McELROY, J. Caribbean small-island tourism styles and sustainable strategies, **Environmental Management**, v. 16, n.5, p.619-632, 1992.

BNB/PRODETUR. 2002. Disponível em **site do Prodetur**: www.banconordeste.gov.br/prodetur. Acesso em: 03/03/2003.

BRITTON, S. 'Tourism, capital and place: towards a critical geography', **Environment & Planning D: Society and Space**, v. 9, n. 2. p.451-78, 1991.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources, **Canadian Geographer**, v. 24, n.1, p.5-12, 1980.

- CHOY, D. Life Cycle Model for Pacific Islands Destinations, **Journal of Travel Research**, v.30, p.26-31, 1992.
- CHRISTALLER, W. (1963), Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions – underdeveloped countries – recreation areas, **Regional Science Association Papers**, v. 12, 1963.
- COOPER, C. P. (1994), The destination life-cycle: an update. In: SEATON, A.V., JENKINS, C.L. **Tourism: the state of the art**. Chichester / West Sussex: John Wiley & Sons, 1994.
- CROCIA, B. N. Análise regional e destinações turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo, **Turismo: visão e ação**, Balneário Camboriú, v.4, n.11, p. 9-32, 2002.
- CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**, São Paulo: Roca, 2003.
- DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**, São Paulo: Atlas, 2003.
- DOUGLAS, N. (1997), Applying the life-cycle model to Melanesia, **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 1, p. 1-22, 1997.
- EVANS, N. H. The Dynamics of Tourism Development in Puerto Vallarta. In: KADT, E. **Tourism – passport to development?**. New York: Oxford University Press, 1979.
- FARRELL, B. H. Conventional or sustainable tourism? No room for choice. **Tourism Management** . v. 20, n. 2, p. 189-191, 1999.
- FRANKLIN, A.; CRANG M. The trouble with tourism and travel theory?, **Tourist Studies**, v. 1, n. 2, p. 5 - 22, 2001.
- GARROD, B.; FYALL, A. Beyond the rhetoric of sustainable tourism?, **Tourism Management**, v. 19, n.3, p. 199-212, 1998.
- GOMES, P. C. O conceito de Região e sua discussão. in: CASTRO, I.; GOMES, P.C.; CORREA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- IBGE – 1996. **Contagem de População do Brasil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- IBGE -1991, 2000. **Censo Demográfico do Brasil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- JOHNSTON, C. S. Shoring the foundations of the destination life cycle model: part 1 (ontological and epistemological); part 2 (a case study of Khona, Hawai'i Island), **Tourism Geographies**, v. 3, n. 1, 2 p. 2-28 and 135-164, 2001.
- LIKORISH, J.; KERSHAW, A. **The Travel Trade**. London: Practical Press, 1958.
- LOZATO-GIOTART, J. **Geographie du tourisme**, Paris: Masson, 1993.
- LUNDGREN, J. O. (1982), 'The tourist frontier of Nouveau Quebec: functions and regional linkages', **Tourist Review**, v. 37, n.2, p. 10-16, 1982.
- LUNDGREN, J. O. (1984), 'Geographic concepts and the development of tourism research in Canada', **GeoJournal**, v. 9, n. 1, p. 17-25, 1984.
- MARIOT, P. (1969), 'Priestorové aspekty cestovného ruchu a otázky gravitačného zázemia návštevných miest', **Geographick'y Casopis**, v.21, n. 4, p.287-312, 1969.
- MEADOWS, D. e col. **The Limits of Growth**, New York: Universe Books, 1972.
- MIOSSEC, J.M. 'Elements pour une théorie de l' espace touristique', **Les Cahiers du Tourisme**, v. 36, 1976.
- NORONHA, R. **Review of the sociological literature on tourism**, Washington: The World Bank, 1976.

- NORONHA, R. Social and Cultural Dimensions of Tourism, **Staff Working Paper**, n.326, Washington DC: The World Bank, 1976.
- OPPERMANN, M. Tourism Space in Developing Countries, **Annals of Tourism Research**, v.20, p. 535-556, 1993.
- PEARCE, D. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**, São Paulo: Aleph, 2003.
- PEARCE, D. **Tourist today: a geographical analysis**, New York: Long. Sc. & Tech, 1991.
- PEARCE, D. Towards sustainable development through environmental assessment, **Working Paper PA**, p. 92-11, 1992.
- PICARD, M. **Bali: Cultural Tourism and Tourist Culture**, Singapore: Arquipelago Press, 1996.
- PLOG, S. 'Why destination areas rise and fall in popularity', **Cornell Hotel and Restaurant Administration Quaterly**, p.13-16, nov. 1973.
- SHAW, G; WILLIAMS, A. **Critical issues in tourism: a geographical perspective**, Oxford: Blackwell, 1994.
- SMITH, R. Beach Resort Evolution: Implications for Planning, **Annals of Tourism Research**, v.19, p. 304-322, 1992.
- STANSFIELD, C. The development of modern seaside resort, **Parks and Recreation**, v. 5, n. 10, p. 14-17 e 43-46, 1970.
- THUROT, J. M. **Les Tourisme tropical Balnéaire: le modele caraibe et ses extensions**, Aix-en Provence: Centre d'Études du Tourisme, 1973.
- WHITTLESEY, D. Sequent Ocupance, **Annals of The Association of American Geographers**, v.19, p.162-165, 1929.
- ZIMMERER, K. Human Geography and the 'New Ecology': the prospect and promise of integration, **Annals of The Association of American Geographers**, v. 84, n.1, p. 108-125, 1994.

Notas Explicativas

¹ Não por acaso, o acervo já disponível na Geografia Urbana representou a contribuição mais importante. O turismo é, em geral, urbanização, não obstante produzir – como o afirma Stansfield (1970, p.15) – “uma forma singular de paisagem e base econômica urbana”.

² O Prodetur-NE é um projeto de investimentos públicos para o turismo e que reúne o BID (credor: www.iadb.org) e os governos federal, estaduais e municipais. O Projeto aplicou, entre 1996 e 2002, no litoral dos Estados do NE mais de US\$ 670 milhões (US\$400 milhões oriundos do BID) na sua primeira fase, denominada Prodetur I (BNB/Prodetur, 2002). No que se refere à ação dos investidores particulares em turismo, o BNB – agente financeiro – estima que no período de execução do Prodetur I cerca de 6,6 bilhões de reais tenham sido investidos em turismo em todo o Nordeste pela iniciativa privada. O Prodetur II, assinado em 2002, prevê mais US\$800 milhões de investimentos públicos nesta macrorregião a partir de 2003/4 (BNB/Prodetur, 2002), mas sua entrada em funcionamento enfrenta até o presente a dificuldade da efetiva capacidade de cumprimento das contrapartidas brasileiras. O Prodetur, espacialmente, atua mediante Pólos, que são conjuntos de Municípios que se tornam regiões-plano para o projeto, tendo no Estado do Rio Grande do Norte (RN) sido definido o Pólo de Turismo Costa das Dunas, que é uma faixa litorânea de 200 quilômetros composta por 15 municípios, desde Pedra Grande ao norte até Baía Formosa ao sul, tendo Natal ao centro. Dos US\$ 800 milhões do Prodetur II, já mencionados, US\$ 70 milhões serão aplicados neste Pólo.

³ Esta surpreendente dinâmica populacional no período final dos anos de 1990, quando confrontada com o comportamento demográfico da primeira metade da mesma década (1991/1996, próxima a zero), evidencia uma experiência de desenvolvimento litorâneo no Nordeste do Brasil.

⁴ Ao fim do Prodetur I (1996/2002), identificou-se que a fragilidade na capacidade de gestão a nível municipal, em todo o litoral da Região Nordeste, ameaçava a sustentabilidade do desenvolvimento turístico nos Pólos. Em decorrência disto, o fortalecimento desta capacidade assumiu o status – agora ao lado das infra-estruturas – de componente estratégico no Prodetur II (BNB/Prodetur, 2002). Daí certamente deriva na nova fase do projeto a enfática exigência institucional que os municípios dentro dos Pólos Turísticos tenham já, como condição para recepção dos investimentos, os seus Conselhos de Turismo instalados, assim como já elaborados os seus Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS), apesar de por si estes instrumentos não assegurarem capacidade gerencial efetiva.

⁵ Entre outros, os propostos por Noronha (1979, p.9) e Albuquerque & McElroy (1992), estes últimos oferecendo uma versão para o modelo de Butler (Wilkinson, 1996, p.17-22).

⁶ Entre estes fatores externos estão comportamento das taxas de câmbio, eventos de médio e longo prazo de subversão da ordem e instabilidade políticas (terrorismo, guerrilha, xenofobia, crime organizado, insegurança), surgimento de destinações competitivas, mudanças, limitações ou instabilidades gerenciais nas políticas públicas, iniciativas empresariais, ação de organismos multilaterais de investimentos, eventos climáticos, geológicos, graves distúrbios ecológicos e epidemiológicos, etc.

⁷ O Indicador de Defert é expresso pela seguinte fórmula:

$[(\text{número de Leitões disponíveis na Unidade Territorial} / \text{Total da População na Unidade Territorial}) \cdot 100]$ (Pearce, 1991). Número de leitões calculado na base de 4 leitões por Unidade de Habitação(UH). Ainda no ano de 2000, para o Município de Canguaretama, que inclui a destinação Barra do Cunhaú, o índice é de 1,8 (pesquisa direta).

⁸ A expansão de Pipa desencadeou uma deformação na sua morfologia original baseada na escala humana e animal com severos problemas para a circulação automotora. As vias centrais se estreitaram mais ainda pelo avanço frontal dos bares e lojas; e as edificações passaram a ostentar até quatro pavimentos sobre lotes cada vez menores, resultantes de desmembramentos. A vista para o mar ou para as dunas – recursos naturais cênicos - foi em parte perdida. Em ruas laterais, ora subindo as dunas e afastando-se da praia, ora descendo as escarpas das falésias em direção à praia, os desmembramentos e as verticalizações sem regulamentação produziram aquilo que estudiosos denominam de ‘tourist slums’ (favelas turísticas).

⁹ Na metade final dos anos de 1990, o rush de construções que estava a atingir Pipa (Tibau do Sul) começou a transbordar para os 6 quilômetros litorâneos em direção ao sul, à vila de Barra do Cunhaú. Rapidamente uma mistura de novos hotéis, restaurantes e algumas casas de veraneio invadiu a área, ligando Barra do Cunhaú a Pipa mediante um cordão de urbanização turística praticamente contínuo. Dos 14 hotéis que em 2002 existiam em Barra do Cunhaú (Tabela 1), 13 deles foram construídos após 1996 e 10 deles após 1999. A iminente construção de ponte, substituindo balsas para travessia de um pequeno rio, deve definitivamente unificar Pipa/Cunhaú.

¹⁰ A desvalorização cambial do real face às moedas fortes produziu nos últimos anos rápida aquisição de terras por parte de investidores estrangeiros, especialmente portugueses. A mencionada desvalorização tem tornado a destinação mais dependente aos fluxos de turistas estrangeiros.

¹¹ Em outros setores da economia nacional, tal extensividade tem sido verificada, como no caso do aumento na produção de grãos e carnes baseada principalmente na incorporação de Capital natural (novas terras ou ‘fronteira’ em zonas de floresta ou cerrado).

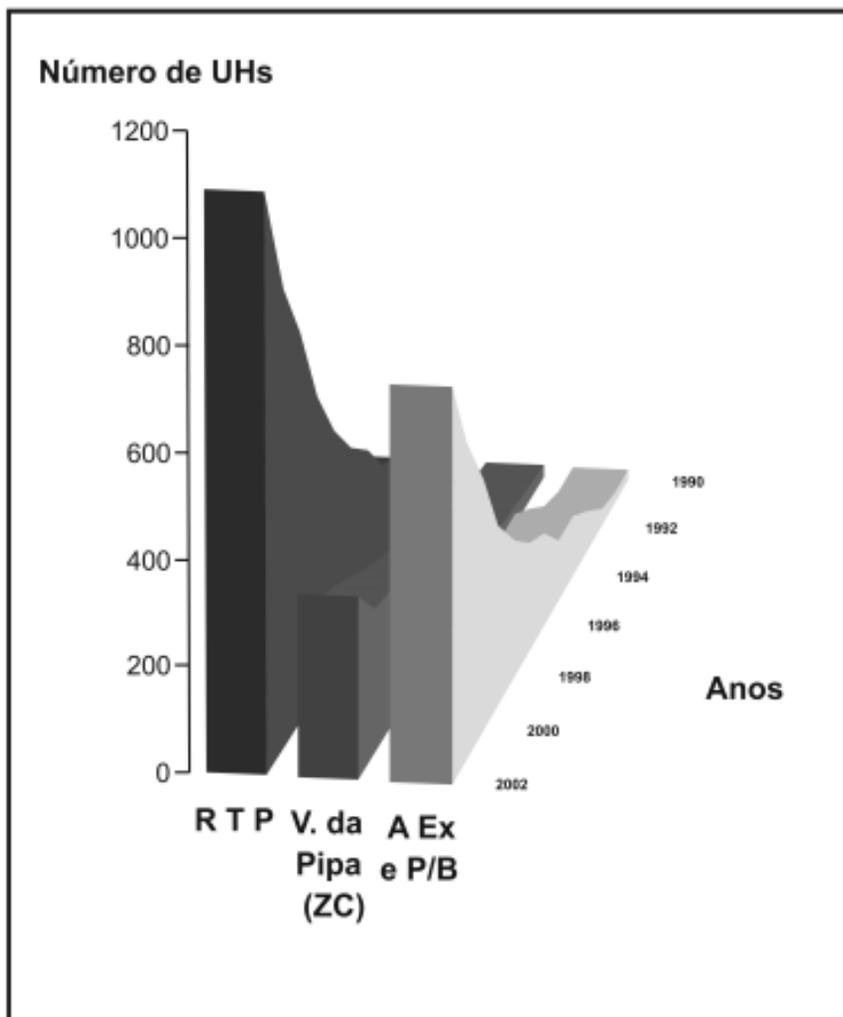
¹² A ênfase institucional – melhorar o gerenciamento local - no Prodetur II oferece perspectivas de superação do problema.

Anexos

Anexo A - Figura 1 - Região Turística de Pipa - RTP



Anexo B - Figura 2 - Unidades de Habitação (UHs) disponíveis no conjunto da Região Turística de Pipa (RTP), e nas duas secções de área que a compõem: (a) Pipa Zona Central, e (b) Assent. Exteriores e Periferias/Bordas (AEx e P/B), 1990-2002 (pesq. direta).



Anexo B - Figura 3 - Importância relativa (em %) das Unidades de Habitação (UHs) na RTP segundo localização: nos Assentamentos Externos e Periferia/Bordas da Vila de Pipa (AEx e P/B) ou Zona Central da Vila de Pipa, no período de 1990 to 2002 (pesquisa direta).

